

BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • junho de 2026

XXVII MARCHA



- 15 mil gestores presentes
- Alerta para impactos de pautas-bomba
- Sabatina dos pré-candidatos



Palavra do presidente

Este é um momento decisivo para o fortalecimento do municipalismo brasileiro. Em meio a tantos desafios, como os impactos crescentes dos eventos climáticos extremos, a imposição de novas responsabilidades sem a disponibilidade de financiamento, a sobrecarga das políticas públicas e a constante pressão sobre os cofres locais, fortalecemos nossa convicção de que é nos Municípios que a vida acontece e é por cada cidadão que devemos seguir unidos.

É nesse contexto que se aproxima a *XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) entre os dias 18 e 21 de maio. Mais do que um evento, a Marcha é o maior símbolo da nossa mobilização coletiva. É o espaço onde deixamos de lado diferenças e nos unimos em torno de um propósito comum: garantir melhores condições para que cada gestor possa atender sua população com dignidade, eficiência e responsabilidade.

Destaco que a presença de cada Município é essencial. É a força dessa união que ecoa nos três Poderes e transforma nossas demandas em pautas prioritárias para o país. Neste ano, em especial, a Marcha ganha ainda mais relevância diante do cenário eleitoral que definirá os rumos do Brasil a partir de 2027. Teremos a oportunidade de dialogar diretamente com os pré-candidatos à presidência da República e outras lideranças nacionais e cobrar compromissos concretos com a pauta municipalista.

Ao longo de quatro dias, debateremos temas estruturan-

tes, em áreas como saúde, educação, assistência social, finanças públicas e emergência climática. Além disso, lutaremos para avançar na construção de soluções práticas por meio das arenas técnicas e fóruns temáticos. Cada troca e contribuição fortalece nossa atuação e amplia nossa capacidade de transformar realidades locais.

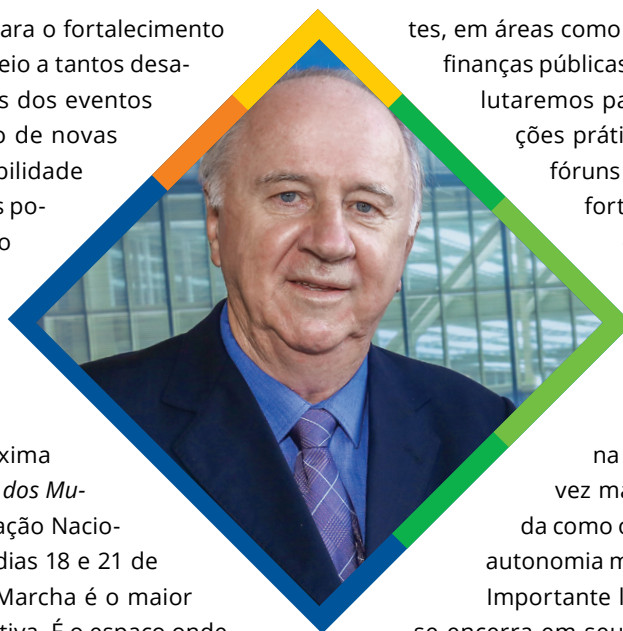
Diante de um cenário em que os Municípios seguem na linha de frente, seja no enfrentamento de desastres naturais, seja na execução de políticas públicas cada vez mais complexas, a Marcha se consolida como o principal instrumento de defesa da autonomia municipal e do pacto federativo justo. Importante lembrar também que a Marcha não se encerra em seus quatro dias de programação. Ela se estende nas ações que cada gestor leva de volta ao seu Município, nas pautas que continuamos defendendo ao longo do ano e na permanente articulação institucional que garante avanços concretos para as administrações locais.

Por isso, reforço o convite: participem. Estejam presentes. Programem-se para estar em Brasília nesses dias e façam parte dessa construção coletiva. E que possamos sair desse grande encontro ainda mais mobilizados, conscientes do nosso papel e preparados para enfrentar os desafios que virão.

Seguimos juntos, firmes na defesa dos Municípios e da população brasileira.

Paulo Ziulkoski

Presidente da CNM



 /PortalCNM

 @portalcnm

 /TVPortalCNM

 /PortalCNM

 /PortalCNM

www.CNM.org.br



Defesa Civil

Desastres atingem 95% dos Municípios e causam bilhões em danos

Desastres climáticos como excesso de chuvas ou secas extremas atingiram 5.297 Municípios brasileiros entre 2013 e 2025, causando R\$ 785,4 bilhões em danos em áreas como infraestrutura, habitação e acesso a serviços de saúde, revela estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Nesse mesmo período, apenas R\$ 9,5 bilhões foram transferidos pela União para ações municipais de proteção e defesa civil.

“Por estarem na linha de frente da gestão de riscos e do gerenciamento de desastres, os Municípios lidam com as consequências diretas dos desastres, como perdas humanas, deslocamento forçado de famílias, destruição de bens públicos e privados, interrupção de serviços essenciais e degradação ambiental. É necessária a destinação adequada e ágil de recursos e programas permanentes de capacitação técnica”, afirma o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Além do subfinanciamento, o estudo mapeou uma demora na transferência de recursos. Nos últimos 13 anos, o governo federal reservou R\$ 19,1 bilhões, mas apenas cerca de R\$ 6,2 bilhões (32,2% do total) foram pagos. Esse cenário indica que a cada R\$ 3 orçados para proteção e defesa civil, só R\$ 1 chega de fato aos Municípios.

Ainda que os dados orçamentários revelem um cenário grave, os prejuízos reais são ainda maiores, uma vez que muitos gestores enfrentam dificuldades em contabilizar essas informações. Dos 5.269 Municípios cadastrados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), analisados pela CNM, apenas 2.490 informaram prejuízos, o que demonstra a urgência na capacitação com relação ao tema, a fim de produzir um diagnóstico mais preciso para a reconstrução das áreas afetadas.

» O estudo da CNM foi tema de reportagem do **Jornal Nacional**. Confira detalhes na página 15.

Um dos principais prejuízos, os danos habitacionais somam R\$ 45,3 bilhões entre 2013 e 2025. Nesse período, quase 3 milhões de residências foram danificadas ou destruídas. Com esse cenário, 6,4 milhões de pessoas foram obrigadas a deixar suas residências, sendo 1,09 milhão desabrigados e 5,3 milhões desalojados.

Repases federais aos Municípios para prevenção, gestão e respostas a desastres de 2013 a 2025

Autorizado (nominal)	Pago (nominal)	Autorizado (real)	Pago (real)	% executado (real)
R\$ 19,1 bilhões	R\$ 6,2 bilhões	R\$ 19,1 bilhões	R\$ 6,2 bilhões	32,20%

» Principais dados de desastres no Brasil de 2013 a 2025



493,8
milhões de
pessoas atingidas



3.221
vítimas
fatais



74.745
registros de decretação de situação de emergência (SE) ou estado de calamidade pública (ECP), sendo 30 mil de secas e estiagem e 22,8 mil por excesso de chuvas



REGIÕES
Sul é a mais afetada pelas chuvas (41,5%) e Nordeste pela seca (73%)


 MMM

Movimento Mulheres Municipalistas cobra mais espaço nos cargos de poder

Lideranças do Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) reconheceram avanços na participação feminina na política, mas cobraram maior representatividade em cargos do Executivo e do Legislativo ao longo da *XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. “Somos mais da metade dos brasileiros, metade do eleitorado, das universidades, dos serviços públicos essenciais. Somos maioria nos cuidados, na educação dos filhos, na liderança comunitária e no sustento da família, e, ainda assim, seguimos minoria nos espaços de poder”, afirmou a presidente do MMM, Tania Ziulkoski.

Hoje as mulheres ocupam menos de 20% dos cargos eleitos e apenas 13% das prefeituras. A Lei de Cotas, que estabelece o mínimo de 30% de candidaturas femininas, foi um dos avanços citados no painel do MMM na *Marcha*, mas as integrantes do movimento lembraram que esse patamar está distante dos 52% de mulheres que compõem a população brasileira. A deputada federal Soraya Santos (PL-RJ) reforçou a importância da equidade de gênero para alcançar a justiça social. “Município que não tem mulher e homem lado a lado está comprometido

no seu desenvolvimento”, afirmou.

Entre as barreiras enfrentadas, a violência de gênero na política, assim como a violência doméstica de modo geral foram destacadas como questões mais graves. Por outro lado, o apoio entre as mulheres foi citado como um dos incentivos mais poderosos para que mais brasileiras sejam eleitas.

» Municípios Doadores

Mais de 60 Municípios receberam o Selo de Município Doador na *XXVII Marcha*, iniciativa fruto de parceria do MMM com a área técnica de Saúde. A certificação comprova a adesão à Rede de Municípios Doadores, que busca fortalecer a conexão entre hemo-centros, Municípios e doadores de sangue.

No encontro nacional do MMM, a coordenadora técnica da CNM e analista do movimento, Thaís Mendes, lembrou que a trajetória pública feminina come-

ça com a conquista de pequenos cargos. “Elas precisam se sentir seguras, ter essa confiança. E temos visto essa crescente das mulheres na política”, reforçou. A secretária nacional de Articulação Institucional de Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres, Sandra Kennedy Viana, lembrou que muitas vezes “a política é construída para nós acharmos que não estamos no lugar certo”.

» Boas práticas

No Encontro das Primeiras-Damas na programação paralela da *Marcha*, foram discutidas estratégias na área de Desenvolvimento Social. A CEO da Plataforma Êxitos, Marli Burato, apresentou a ferramenta que centraliza editais de captação de recursos de forma gratuita para Municípios filiados à CNM. “Temos mais de sete mil fontes de concessão de recursos diferentes. Tudo o que trazemos está em acesso livre, mas tão livre que não conseguimos buscar”, completou.

Também foram compartilhadas boas práticas em diferentes regiões do Brasil. A primeira-dama e secretária de Educação de Cural de Cima (PB), Laís Lima, falou sobre o projeto “Quem cuida de quem cuida”, iniciativa liderada pelo MMM regional da Paraíba e voltada às mães de crianças atípicas. Foram apresentadas também iniciativas relacionadas à população migrante, ao enfrentamento da violência doméstica e à sustentabilidade, com representantes femininas de Santarém (PA), Restinga Sêca (RS), Santana do Seridó (RN) e Gameleira (PE).



Bartholomeu Pereira da Cruz

Artigo

A CNM e a justa distribuição dos *royalties* do pré-sal

A discussão acerca da redistribuição dos *royalties* do petróleo no Brasil, após a descoberta do pré-sal, não é algo novo ou isolado, mas sim uma luta histórica da sociedade brasileira por meio de um amplo movimento conduzido pela Confederação Nacional de Municípios – em representação de mais de 5.300 Entes locais. Desde o início do debate, a CNM sustentou a necessidade de superação do modelo então vigente, marcado pela excessiva concentração de receitas em reduzido número de Estados e Municípios confrontantes, por se tratar de uma riqueza que possui natureza eminentemente federativa e pertencente à coletividade nacional.

A entidade exerceu papel central na articulação política que resultou na reformulação do regime distributivo dos *royalties* do petróleo – com foco no petróleo *offshore*, extraído da plataforma continental, distante a centenas de quilômetros da costa e a mais de 7 quilômetros de profundidade – tendo o presidente da CNM, Paulo Roberto Ziulkoski, promovido intensa mobilização junto ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira.

O movimento, iniciado pela conhecida Emenda Ibsen Pinheiro, resultou no advento da Lei 12.734/2012, promulgada na íntegra em 2013 após a derrubada dos vetos presidenciais pelo Congresso Nacional. A nova regra reconheceu que os *royalties* decorrem da exploração de um bem pertencente à União – forte no art. 20 da Constituição Federal – e, portanto, sua repartição deve observar uma lógica equânime compatível com o pacto federativo e com a redução das desigualdades regionais.

A atuação da entidade se intensificou no âmbito do controle externo e judicial após o ajuizamento das ADIs pelos Estados equivocadamente denominados de produtores. Desde então, a CNM, na condição de *amicus curiae*, serviu como importante voz em defesa da constitucionalidade da nova sistemática de distribuição, alicerçando seu posicionamento em estudos técnicos e econômicos robustos e sustentando que a exploração do petróleo não pode servir como mecanismo de perpetuação de desigualdades federativas.

Ainda que a Constituição reconheça que os recursos petrolíferos marítimos possuem natureza federal, a dinâmica historicamente adotada para a redistribuição das receitas consolidou um cenário de extrema concentração financeira em favor de 30 (trinta) Municípios, os quais recebem, aproximadamente, 70% das receitas oriundas dos *royalties* e das participações especiais – o que foi reforçado com a suspensão liminar da nova norma por praticamente 13 anos e com o aumento exponencial da produção petrolífera brasileira.

A principal distorção do modelo reside justamente na adoção de uma loteria geográfica como fundamento para repartição de receitas que se tornaram, com o aumento exponencial de produção, bilionárias. A condição de confrontante não decorre da demonstração concreta de impactos econômicos, sociais, am-



bientais ou estruturais suportados pelo Ente federativo, mas sim de meras projeções cartográficas traçadas artificialmente sobre a plataforma continental. Em outros termos, as linhas de confrontação marítima não refletem necessariamente afetação real decorrente da atividade petrolífera, servindo apenas como critério abstrato de delimitação territorial, incapaz de justificar, por si só, a concentração desproporcional das receitas oriundas da exploração de um patrimônio pertencente a toda a Federação.

A distorção existe até mesmo no âmbito interno dos Estados ditos produtores – caso emblemático dos Municípios cariocas de Maricá e São Gonçalo –, pois, em que pese geograficamente limítrofes, Maricá recebeu, ao longo de 2025, aproximadamente 19 mil reais por habitante à título de *royalties* e participações especiais, ao passo que o cidadão de São Gonçalo recebeu tão somente 56 reais.

A questão voltou com força à agenda nacional, em virtude do tão esperado início do julgamento das ações, tendo a relatora ministra Cármen Lúcia votado pela procedência das ações, seguida do imediato pedido de vistas apresentado pelo ministro Flávio Dino, por um prazo não superior a 90 dias.

Em vista disso, a temática dos *royalties* requer mobilização máxima, tanto que a CNM, numa perspectiva interfederativa, está trabalhando em conjunto com 20 Estados e Distrito Federal – no que tem sido o caso federativo de maior envergadura em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Com o julgamento suspenso, o momento é de apresentação de memoriais conjuntos aos ministros e de atenta mobilização das lideranças municipalistas e da sociedade na busca do reconhecimento da constitucionalidade e da aplicação do novo regime distributivo.

Ricardo Hermany é Doutor em Direito e Consultor Jurídico da CNM.


Marcha

Desafios e pleitos da gestão municipal no palco principal

Durante os dias da *XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, técnicos e consultores da CNM, além de convidados, debateram temas diversos da administração local em 36 arenas. Confira o resumo das temáticas:

Financiamento e oferta da educação especial: defendeu maior apoio técnico e financeiro da União para educação especial.

Captação de recursos: tratou dos desafios dos Municípios na gestão de emendas parlamentares.

Do envio de dados à aprovação final: abordou desafios da gestão contábil e fiscal dos Municípios, com foco na prestação de contas.

Nova era do ISS e IBS para transição da Reforma Tributária segura e eficiente: falou dos impactos na gestão fiscal municipal e dos desafios da transição para o IBS.

A gestão municipal da Política sobre Drogas: discutiu o papel central dos Municípios e a necessidade de maior apoio técnico, financeiro e articulação da União para fortalecer ações locais efetivas.

Produção de tabaco e o desenvolvimento econômico social para os Municípios: articulou a participação efetiva dos Municípios nas políticas de diversificação da atividade produtiva.

Irrigação como estratégia de desenvolvimento: abordou os prejuízos da seca à agropecuária, sendo a irrigação a alternativa para reduzir esses impactos negativos.

Habitação e Desenvolvimento Urbano: orientou sobre como fortalecer a política habitacional e a cooperação entre órgãos.

Boas práticas de gestão municipal: trouxe modelos de gestão de vários Municípios, desenvolvendo uma rica troca de ideias entre os gestores presentes.

III Encontro de Primeiras-Damas: teve troca de experiência em captação de recursos e elaboração de projetos; práticas de sucesso que geram impacto social.

Fórum de Vice-Prefeitos: frisou aspectos jurídicos do exercício da função de vice-prefeito.



Ag. CNM

Reforma Administrativa: tratou sobre a PEC 38/2025 e os possíveis impactos nos Municípios.

Financiamento da gestão ambiental e climática municipal: abordou o fortalecimento da gestão ambiental e climática.

Desenvolvimento Orientado ao Transporte (DOT): discutiu a mobilidade municipal mediante apoio aos PlanMobs e a segurança em rodovias urbanas.

Parceiras com o terceiro setor: alertou sobre as fases das parcerias, do planejamento e da prestação de contas.

Mercado de crédito de carbono como um instrumento econômico: orientou sobre o acesso de Municípios ao mercado de crédito de carbono e a ampliação do financiamento federal.

Acordo do Mercosul com União Europeia: propôs a criação de grupo de trabalho para fortalecer a integração dos Municípios de fronteira do Mercosul.

Fundeb, Escola em Tempo Integral e Piso do Magistério: sugeriu maior transparência e diálogo federativo na regulamentação do Fundeb e apoio técnico e financeiro para expansão do ensino integral.

Redução do risco de desastres nos Municípios: plano de contingência e tecnologias aplicadas: pediu financiamento permanente para prevenção de desastres; fortalecimento técnico das defesas civis municipais e maior agilidade nos investimentos e nos repasses para ações preventivas.

Inversão da municipalização do SUS: sugeriu revisão do financiamento da atenção primária à saúde, com maior participação federal, atualização dos incentivos, inclusão do fator amazônico e fim da coparticipação municipal no Programa Mais Médicos.

Proteção social no enfrentamento às desigualdades sociais: debateu acerca do fortalecimento do financiamento da assistência social, da revisão das regras do BPC e da ampliação de critérios habitacionais.

Execução dos programas federais nos Municípios: defendeu a atualização monetária dos valores de referência dos programas federais e maior transparência e rastreabilidade dos dados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

V Encontro do Fórum Nacional de Consórcios Públicos: alertou para a necessidade de garantir mais segurança jurídica para o prefeito presidente de Consórcio Público, além de atualização do Marco Regulatório dos Consórcios Públicos.

Encontro Nacional do Movimento Mulheres Municipalistas (MMM): chamou atenção ao combate ao feminicídio e cobrou a criação de financiamento permanente para políticas de enfrentamento da violência contra as mulheres.

Equacionamento dos déficits dos RPPS e Programa de Regularidade Previdenciária: propôs a renegociação de dívidas dos RPPS, debate jurídico sobre planos de custeio por decreto e fortalecimento das orientações para equilíbrio atuarial dos regimes próprios.

Cobrança e alternativas para a sustentabilidade econômico-financeira da gestão municipal de resíduos sólidos: sugeriu a obrigatoriedade da cobrança pelos serviços de manejo de resíduos sólidos e debateu os desafios dos Municípios.

Nova Lei de Licitações e Lei Geral de Proteção de Dados: alertou para a inovação tecnológica e segurança jurídica nas compras públicas diante da Nova Lei de Licitações e da LGPD, com experiências municipais.

Poder Legislativo municipal: discutiu temas do cotidiano das Câmaras, como contabilidade pública, atualização legislativa, transparência, oratória e desafios.

Gestão digital que inova, arrecada e cuida das pessoas: abordou inovação e transformação digital na gestão local.

O desafio da segurança pública nos Municípios brasileiros: sugeriu a consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) com maior integração e governança local.

O futuro da gestão e financiamento da cultura: frisou a estruturação da cultura nos Municípios, a gestão de dados culturais e a execução dos recursos de fomento e financiamento à cultura.

Teto financeiro de MAC: destacou a defasagem do teto MAC e como os repasses federais têm sobrecarregado financeiramente os Municípios.

LGPD na educação municipal: adequação, redes sociais e ECA digital: alertou para adequação das entidades públicas à LGPD, abordando sanções, aplicação da legislação e sua relação com a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Valorização das culturas alimentares como estratégia para proteção social: frisou o papel dos Municípios na segurança alimentar e nutricional.

Prefeito seguro, gestão eficiente: abordou o controle interno na eficiência da gestão pública, prevenção de irregularidades, redução de riscos e fortalecimento das políticas públicas.

Turismo, captação de recursos e competitividade: destacou o turismo como estratégia para o desenvolvimento municipal, geração de emprego, arrecadação e atração de investimentos.

» Assembleia Geral: prestação de contas de 2025 e orçamento de 2026 são aprovados

Durante a XXVII Marcha, a CNM promoveu a Assembleia Geral Ordinária. Foram apresentados o orçamento de 2026 e as prestações de contas de 2025, sendo aprovados por unanimidade pelos prefeitos participantes.



Força dos gestores resulta e no compromisso com

Com as tradicionais presenças de autoridades na maior mobilização municipalista do mundo, a demonstração de força dos gestores na *XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, mais uma vez, resultou em importantes avanços para a administração local. O evento, que neste ano reuniu mais de 15 mil gestores de todo o país, foi o momento de sensibilizar parlamentares para derrubar o veto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. A CNM comemora a medida que permitirá a cerca de 3 mil Municípios inadimplentes voltarem a receber recursos federais. A reunião com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reforçou o pedido de avanço em outras demandas municipais.

Os vetos da Presidência da República a esses dispositivos foram derrubados por decisão da maioria absoluta de deputados federais e senadores, durante sessão conjunta do Congresso, realizada na mesma semana da *XXVII Marcha*. Agora esses itens restaurados passam a valer com a promulgação. Os trechos vetados da lei permitirão que esses Municípios voltem a receber recursos federais. “Em um cenário de severa escassez de recursos e das restri-

ções impostas pelo calendário eleitoral, nós alertamos os parlamentares sobre os impactos da inadimplência no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (Cauc) quanto à continuidade de políticas públicas essenciais”, destaca o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

» Celebração de convênios

Com a derrubada, Municípios de até 65 mil habitantes com pendências fiscais poderão celebrar convênios com o governo federal e ter acesso a recursos de programas e emendas parlamentares. Presente na *Marcha*, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que parlamentares foram acionados por gestores municipais que solicitaram a derrubada dos vetos presidenciais. “A deliberação dessa pauta é de extrema importância para que os pequenos Municípios brasileiros possam ter acesso aos convênios”, frisou Alcolumbre durante a votação.

Os parlamentares também restabeleceram no texto da LDO a permissão para que a União destine recursos orçamentários para a construção e a manutenção de rodovias estaduais e municipais e para a malha hidroviária brasileira.


» Compromissos

Outra autoridade no evento a reforçar na abertura da *Marcha* o seu compromisso com as demandas locais foi o presidente da Câmara, Hugo Motta. Ele considerou que não existe projeto consistente de desenvolvimento nacional sem Municípios fortes e capazes de prestar serviços públicos de qualidade. “A Câmara trabalha em defesa do municipalismo. Os parlamentares ajudam a direcionar investimentos para serviços e ações que melhorem a vida da população”, disse ao lembrar pautas municipais aprovadas na Casa.

Em um outro painel, parlamentares enfatizaram a importância do avanço de várias pautas municipalistas para minimizar os impactos sofridos pela administração municipal. A aprovação da desoneração da folha e da proposta que trata de entidade representativa de Municípios ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) foram alguns dos destaques. Repasses aos Municípios e competência local para instituir e arrecadar o Imposto Territorial Rural (ITR) também foram lembrados.



ta em avanços outras pautas

 **Confira a
Galeria de
Fotos do evento
no QR Code**



» Encontro com Lula

Depois de ser representado pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, na abertura da *Marcha*, o presidente Lula recebeu uma comitiva municipalista no Palácio do Planalto liderada por Ziulkoski, que cobrou o avanço de pautas prioritárias para os gestores locais e que a União deixe de criar despesas para os Municípios sem indicar a fonte de financiamento.

“Estamos aqui para alertar para as pautas-bomba que estão no Congresso. Hoje são mais de 300 projetos pedindo a criação de pisos a várias categorias, e os Municípios não recebem os devidos repasses para pagar”, disse o presidente da CNM. O governo se comprometeu com o diálogo com os Municípios, mas não apresentou nenhuma proposta concreta ou promessa aos municipalistas.



Institucional

Áreas técnicas da CNM apresentam pautas prioritárias no palco principal

Os principais pontos de alertas para os gestores municipais, bem como orientações sobre a administração local foram abordados por analistas e consultores da CNM no palco principal durante os quatro dias da *XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. Áreas como Saneamento, Meio Ambiente, Assistência Social, Previdência Social, Educação tiveram espaço na programação principal para orientar o público acerca de temas importantes das áreas. Confira um resumo do que aconteceu:

» Saneamento

A Lei 14.026/2020, que ficou conhecida como “Novo Marco do Saneamento”, atualizou as diretrizes, que de um lado trouxe uma menor autonomia municipal, e, de outro, um maior incentivo para o mercado privado, regionalização e titularidade compartilhada. A consultora da área de Saneamento da entidade, Caroline Hoss, fez uma apresentação detalhada aos gestores, reforçando que o Novo Marco trouxe metas de universalização que serão cobradas pelos Municípios.

» Assistência Social

A área de Assistência Social da CNM abordou pontos importantes para os gestores locais: as transferências federais do Sistema Único de Assistência So-



Ag. CNM

cial (Suas); as dificuldades enfrentadas pelas localidades para garantir políticas de alimentação adequada, apesar do aumento do orçamento federal; a queda do orçamento federal sem a participação das emendas parlamentares; além da demanda reprimida do Bolsa Família.

» Previdência Social

Entre as medidas que podem auxiliar a gestão está a Emenda Constitucional 136/2025, antiga PEC 66/2023, que deve trazer aos Municípios uma economia de mais de R\$ 1 trilhão. Já o CNPREV foi apresentado. O Consórcio surgiu com o objetivo de estabelecer relações de cooperação federativa, mediante a gestão associada de serviços públicos e a realização de objetivos de interesse comum entre os Municípios consorciados.

» Educação

A falta de recursos para o custeio da educação, um dos principais gargalos da administração municipal, foi abordado. Além disso, a área técnica da CNM alertou o público a respeito do crescimento de obrigações dos gestores em relação à Escola em Tempo Integral (ETI) e à Educação Especial.

» Clima

Os desafios dos Municípios no contexto das mudanças climáticas fizeram



Ag. CNM

parte de uma apresentação no palco principal, quando foi reforçada a necessidade de apoio técnico e financeiro às prefeituras para o enfrentamento aos desastres, com destaque à defesa pela aprovação no Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 31/2024. Foi apresentado, ainda, o Consórcio Nacional para Gestão Climática e Ambiental (Conclima), que visa buscar uma atuação conjunta para otimizar recursos financeiros e ganhos de escala na contratação de serviços, entre outros.

» Royalties

Um balanço dos *royalties* nesses últimos 13 anos foi apresentado. Especialmente a construção da CNM junto aos procuradores-gerais de 20 Estados e do Distrito Federal de uma proposta para solucionar a histórica questão dos *royalties*. O movimento municipalista aguarda que a temática seja pautada novamente para discussão no Supremo Tribunal Federal (STF).



Ag. CNM

Institucional

CNM sabatina pré-candidatos à presidência da República durante a XXVII Marcha

O palco principal da *XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* foi um espaço aberto para ouvir as propostas dos pré-candidatos à presidência da República para os Entes locais. A CNM fez o convite para aqueles que tiveram maior expressão em pesquisas recentes e apenas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não atendeu ao convite. As sabinas foram conduzidas pelo presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, que destacou o objetivo do encontro. “Convidamos todos os principais pré-candidatos para esses debates e ressaltamos que precisamos sempre respeitar as diferenças. Essa foi uma reunião de construção”, afirmou.



Primeiro pré-candidato a participar foi **Flávio Bolsonaro (PL)** que apresentou aos gestores propostas direcionadas aos Entes locais em caso de sair vencedor nas eleições gerais de 2026, dentre elas, medidas voltadas à redução da jornada de trabalho e ao saneamento básico. Em seu

discurso, agradeceu o convite e reiterou que a Marcha e a causa municipalista são um dos seus principais compromissos. “Talvez essa seja uma das agendas mais importantes de um pré-candidato, porque é nas cidades que a vida do cidadão acontece. É na cidade onde estão os problemas, onde a pessoa bate na porta do prefeito e do vereador e quer soluções para os seus problemas”, disse.

Ronaldo Caiado (PSD), segundo a marcar presença, defendeu o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e um novo pacto federativo para o país, com descentralização do poder que, segundo ele, está concentrado em Brasília para os Estados e os Municípios. Para o pré-candidato, as políticas sociais precisam ser feitas com auxílio dos gestores municipais, de acordo com as especificidades de cada região. “Não se governa distante das prefeituras, tem que saber quais são as políticas públicas necessárias nos Municípios”, disse. Caiado destacou que a segurança pública foi enfrentada com formação de mais agentes e batalhões especializados. “O prefeito não tem armas nem equipamentos para enfrentar o narcotráfico no país. Este tem que ser enfrentado pelas forças estaduais e federais”, relatou.



O terceiro pré-candidato a estar na Marcha foi **Romeu Zema (Novo)**, que escolheu seguir a proposta da entidade municipalista e respondeu às perguntas desenvolvidas pela Confederação. O pré-candidato valorizou o trabalho desenvolvido pelos gestores locais. “Nós sabemos que o

Brasil de verdade não vive nos palácios de Brasília e que o Brasil de verdade está com vocês tentando manter o posto de saúde funcionando, tentando garantir a creche, o transporte escolar, está em quem recebe o problema e tem que trabalhar”. A falta de financiamento para escolas em tempo integral foi discutida na sabatina. “Em Minas, em 2019, tínhamos duas escolas em tempo integral, hoje são 700. Quando se economiza em privilégios, é possível ter dinheiro para investir em educação”, comentou.

Seguindo com a agenda, **Augusto Cury (Avante)** optou por fazer um discurso para os participantes e responder a um questionamento sorteado ao final. Acerca das pautas municipalistas, Cury falou acerca de assuntos referentes à educação e à habitação. “Temos que transformar o país numa nação mais empreendedora: uma escola de empreendedor em cada comunidade ou favela. Será a primeira vez que serão abraçadas, e há 30 milhões de casas que não são escrituradas, o que deve ser feito para criar senso de pertencimento”, reforçou.



Por fim, **Renan Santos (Missão)** foi o último a ser sabatinado e destacou que pretende focar no desempenho dos Entes locais para a distribuição de recursos. “O governo federal inventa moda e joga a despesa para vocês. Não dá mais para atuar assim. Os critérios que vão nortear os Municípios são os de desempenho. E o Município tem que receber mais, tão logo ele bata as suas metas. Os Municípios precisam aumentar sua arrecadação baseado no aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Os bons prefeitos precisam ser premiados por aumentar a atividade econômica”, apontou.



Saúde

Município Doador: CNM reconhece iniciativas locais na doação de sangue

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) e mais 60 Entes locais, de Norte a Sul do país, se uniram em uma ação conjunta que salva vidas: a doação de sangue. A Rede de Municípios Doadores, um projeto da área técnica de Saúde da entidade com o apoio do Movimento Mulheres Municipalistas (MMM), tem como objetivo aumentar os estoques de sangue nos hemocentros regionais.

É por isso que, durante a *XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, a CNM entregou o Selo de Município Doador para reconhecer a atuação dos Municípios que já integram a Rede. O prêmio simboliza o comprometimento da gestão municipal com a saúde pública e na valorização da solidariedade.

Foi na Marcha também que oito novos Municípios aderiram à Rede. No estado do projeto, os gestores assinaram o termo de adesão se comprometendo a realizar campanhas municipais para a captação de doadores, além de atender ao chamado para doações pelos hemocentros regionais e garantir acesso e transporte do doador às unidades de coleta.

Além de apoio técnico da equipe de Saúde da CNM e materiais de apoio para campanhas, a entidade também oferece uma plataforma onde os Municípios po-



Ag. CNM

dem organizar um banco de dados local de doadores. A iniciativa busca fortalecer uma atuação contínua e estratégica, deixando de agir apenas em momentos emergenciais, e passar a trabalhar de maneira organizada, planejada e contínua.

Para a presidente do MMM, Tania Ziulkoski, a iniciativa pode transformar a realidade dos hemocentros em todo o país. “Quanto mais Municípios tivermos cadastrados, mais podemos ampliar essa campanha e conectar o Brasil inteiro numa rede que salva vidas”, destaca.



Ag. CNM



Reforma Tributária

Representantes da CNM no Comitê Gestor do CGIBS são apresentados na Marcha

A CNM atua na Reforma Tributária há mais de uma década, apoiando na transição para um modelo mais moderno e justo para os Municípios. Como protagonista neste trabalho, a entidade foi responsável por indicar 14 representantes ao Conselho Superior do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CS-CGIBS).

A CNM buscou contemplar representantes de todas as regiões brasileiras, com pelo menos um indicado de cada Estado. Além dos 14 titulares, são 28 primeiros e segundos suplentes. Eles foram apresentados aos municipalistas durante a *XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, lembrou a luta da entidade ao longo do processo eleitoral do Comitê, destacando



que os representantes foram escolhidos para atuar em defesa dos Municípios. “Nós conseguimos contemplar diversos Municípios, seja com milhões de habitantes e com menos de 100 mil habitantes.

Esses cargos são técnicos, são pessoas com grande conhecimento”, explicou.

Confira as principais dicas dos conselheiros para a implementação da Reforma Tributária nos Municípios:

“Trago a voz da região Norte, que é estratégica para o país. Entre os pontos que mais nos preocupam está a alíquota de referência, pois ela será o termômetro da sustentabilidade do novo sistema”

Valéria Messias de Oliveira, região Norte.

“É com conhecimento que o servidor vai poder garantir a arrecadação dos nossos Municípios para a realização de atividades estruturantes”,

César Barbosa, região Nordeste.



REFORMA TRIBUTÁRIA

“Nosso compromisso é vigiar e garantir que nós, Municípios, tenhamos paridade na organização do contencioso do novo imposto, o IBS. O contencioso também trará para nós a oportunidade de segurança jurídica nesse processo”,

Ivete Mallmann Franke, região Centro-Oeste.


“Não existe órgão que tenha tamanha envergadura, que vá concentrar as maiores arrecadações do país e terá a missão de distribuir a renda de forma equânime. O pilar dessa reforma são as obrigações acessórias”,

José Henrique Geraldini Mariani, região Sudeste.

“O seguro-receita é uma conquista da Confederação para assegurar que não haja perda de arrecadação com esse período de transição da tributação antiga para o modelo novo. Por isso, é importante que os Municípios estejam próximos da CNM para que as equipes estejam com os dados contábeis corretos para a distribuição futura do seguro-receita”,

Micael Meurer, região Sul.

Quer ficar por dentro de tudo sobre Reforma Tributária?

 **Faça parte do Conselho Técnico das Administrações Tributárias Municipais**



Institucional

Plataforma e-Compras CNM é oportunidade para economia nas compras públicas

Inovação para os Municípios, a Confederação lançou durante a realização da XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios a plataforma e-Compras CNM, cujo objetivo é oferecer alternativas para as compras públicas dos Municípios. O foco da ferramenta é ser um ambiente facilitador para quem está na ponta e tem como principal objetivo resolver a reclamação de 100% dos prefeitos e das prefeitas: as licitações.

Durante o lançamento, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, ressaltou que um sistema é muito caro, por isso, a entidade municipalista pensou em algo a ser disponibilizado diretamente para resolver os problemas nos Municípios. “A CNM resolveu auxiliar especialmente os Municípios pequenos e médios e lança o e-Compras CNM para compras de bens e serviços comuns, como materiais de escritório, limpeza, passagens aéreas, entre outros”, comentou.

A nova Lei de Licitações trouxe importantes avanços para o setor público. Mais recentemente, com a edição da Lei



15.266/2025, foi instituído o Sistema de Compras Expressas (Sicx), ampliando as possibilidades de modernização das contratações públicas.

No e-Compras CNM, será possível encontrar material de escritório, como canetas, papel, teclado para computador, passagens aéreas, medicamentos, frota, como revisões periódicas e compra de peças. Tudo a um clique. E não é só agilidade. O sistema usa inteligência artificial para auxiliar na contratação e fundamentar preços, zerando burocracias com apoio inteligente para decisões mais seguras.

“Todos os prefeitos e prefeitas reclamam de licitações, dizendo que são

burocráticas, que os preços são superiores, que demora demais, que são muito judicializadas. A conclusão é óbvia: nós não conseguimos acompanhar com contratações públicas a velocidade que a gestão pública exige. Mas e se pudesse ser diferente? Se tudo mudou, por que as contratações públicas não podem mudar?”, acrescentou o consultor da entidade Martín Haeblerlin.

Durante a XXVII Marcha, gestores de Municípios do Rio Grande do Norte, Pernambuco e São Paulo assinaram o termo de adesão à plataforma.

Conheça mais no QR Code



Na Mídia

XXVII Marcha atinge a marca de quase nove mil veiculações na mídia nacional

Durante o mês de maio, a CNM foi destaque na mídia nacional, especialmente por conta da realização da *XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. Somente sobre o tema, no mês foram veiculadas na mídia quase nove mil notícias, seja de rádio, TV, impresso e portais. Destas inserções na mídia, mais de 7.800 foram em jornais *on-line*, 168 em televisão, 252 em jornais impressos e 450 em rádio.

Exclusivamente na semana do maior evento municipalista da América Latina, 18 a 21 de maio, foram divulgadas cerca de 6.500 notícias. Jornais como *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico*, *O Globo*, *TV Bandeirantes*, *CNN Brasil*, *TV Jovem Pan* e *Globo News* ressaltaram a grandeza do evento, além de compartilharem destaques da programação.

CORREIO BRAZILIENSE
MARCHEM DE PREFEITOS
Fora, 2 milhões de famílias
Levantamento feito pela CNM revela que existem quase 2 milhões de famílias aptas para receberem o benefício, mas elas não são pagas

ESTADÃO
Contas públicas Pressão
Prefeitos apontam 'pautas-bomba' de R\$ 295 bilhões



Desastres

Levantamento da CNM que aponta que 95% dos Municípios sofreram desastres em 13 anos foi destaque no *Jornal Nacional*, com entrevista exclusiva do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. "O que assusta mais é a falta de prevenção no Brasil, a falta de uma harmonia cooperativa entre União, Estado e Município, chamando a população também para se organizar. Porque isso não é só de um Ente, é de todos", reforçou o líder municipalista em entrevista. A matéria foi veiculada, ainda, em jornais da *Globo News*.

tvglobo

JN PAULO ZIULKOSKI presidente CNM

Edição da Manhã
Paulo Ziulkoski
PRESIDENTE CNM

Escala 6x1

A escala 6x1 foi um dos temas abordados durante a *XXVII Marcha*. Na oportunidade, a CNM reforçou os impactos para as administrações municipais, que foram reforçados em entrevista feita ao vivo com o presidente Paulo Ziulkoski. "Eu acho que quando as propostas foram feitas não tiveram a prudência de saber o impacto no setor público. Todo mundo só analisava no setor privado, a partir daí, nós começamos fazer os estudos e os levantamentos e concluímos que nas prefeituras hoje temos oito milhões e meio de servidores. Desse servidores, se a carga horária cair de 44 horas pra 36 horas, como impacto, vão ter que contratar 760 mil novos servidores pra cumprir a mesma carga, ou seja, no atendimento ao cidadão, onde é exigido, na saúde, na educação ou na infraestrutura", disse.

O GLOBO

Alcolumbre diz que derrubará veto de Lula a emendas

6x1: PREFEITOS PREVEEM IMPACTO DE R\$ 46 BI A MUNICÍPIOS
Paulo Ziulkoski | presidente da CNM

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

VIVO
CNN BRASIL

Conexão CNM

Caravana pelo Brasil segue em junho com capacitações do Conexão CNM Qualifica


Municípios filiados à CNM e com contribuições em dia têm capacitações gratuitas oferecidas pela entidade. É o Conexão CNM – Qualifica, que em junho chega a todas as regiões brasileiras para mais uma rodada de cursos técnicos em áreas como Finanças, Turismo, Cultura, Saúde e Meio Ambiente. Os eventos estão previstos para acontecer entre os dias 8 e 12 de junho.

O objetivo da Confederação é capacitar os servidores municipais com conteúdos técnicos de alto nível, atualizados com o que há de mais recente nas áreas. Os cursos têm 10 horas de aula, com certificado disponibilizado *on-line* em até 72h após a finalização.

“Os cursos são focados no desenvolvimento e na qualificação dos gestores municipais, trazendo capacitação em pautas atuais e relevantes para a administração pública. Queremos promover o conhecimento de processos inovadores, com a implementação de boas práticas para os Municípios e estimular a troca contínua de experiências entre os participantes”, destaca o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.



- Norte:** Tocantins, Rondônia e Pará
- Nordeste:** Piauí, Pernambuco, Maranhão, Ceará, Alagoas e Sergipe
- Centro-Oeste:** Mato Grosso e Goiás
- Sudeste:** São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo
- Sul:** Rio Grande do Sul

 Confira as datas no site e faça sua inscrição.

As vagas são limitadas!


Créditos | Presidente: Paulo Ziulkoski • Jornalista responsável: Mabília Souza • Reportagens: Allan Oliveira, Giulia Soares, Lívia Villela, Mabília Souza, Marcella Fernandes, Raquel Montalvão e Víctor Gomes. Colaboradores: Áreas Técnicas da CNM • Fotos: Agência CNM • Revisão: KM Publicações • Design: Eduardo Viana | Themaz Comunicação
Endereço: SGAN 601, Módulo N – Brasília/DF – CEP: 70.830-010 • Telefone: (61) 2101-6000 • Fax: (61) 2101-6008 • E-mail: atendimento@cnm.org.br. O Boletim CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte.